



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**PORTARIA Nº 05/2021**

**Data:** 06 de janeiro de 2021.

**Ementa:** Nomeia Comissão Permanente de Licitação para o exercício 2021 e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com a Lei Federal nº 8666/1993

**RESOLVE**

**Art. 1º** Designar para compor a CPL- Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal os servidores abaixo:

Presidente: Luana Caroline Ferreira dos Santos

Membro: Andréia Rejane Zavadzki Brunhara

Membro: Tiago Tsuguio Tsuneto

Suplente: Adalton Raimundo da Cunha

**Parágrafo Único:** O membro suplente será convocado quando da ausência ou impedimento dos membros efetivos.

**Art. 2º** A Comissão Permanente de Licitação é regida pela Lei 8666/93, art. 6º, XVI, art. 51 e art. 82.

**§ 1º** A função da Comissão Permanente de Licitação – CPL é receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e cadastramento dos licitantes.

**§ 2º** A responsabilidade entre os membros é solidária pelos atos praticados pela comissão.

**§ 3º** Compete à CPL:

- I. Disciplinar tecnicamente as licitações em sua fase interna;
- II. Planejar, em conjunto com os demais órgãos e entidades da Câmara Municipal, a dinâmica anual de contratações demandadas;
- III. Aprovar, após verificação de preços de mercado, as dispensas de licitação quando enquadradas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993;
- IV. Emitir Parecer sobre a utilização de procedimentos convencionais de licitação, pregão eletrônico ou pregão convencional, quando admitidos pelas normas gerais de licitações e contratos;
- V. Garantir a compatibilidade com o valor de mercado das contratações da Câmara Municipal, sejam elas precedidas ou não de licitação;
- VI. Diligenciar para que seus atos, registros, cadastros e bancos de dados tenham a publicação necessária e a mais ampla divulgação.
- VII. Comunicar ao Presidente do Poder Legislativo, ao órgão de Controle Interno e ao Advogado da Câmara todos os indícios de possíveis ilícitos criminais

*Luana Caroline dos Santos*

Publicado no Diário Oficial Eletrônico AMP em 08/01/2021, Edição nº 2175, pg 132, Ano IX





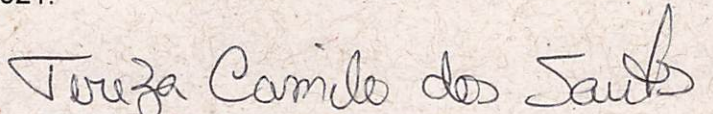
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



que cheguem ao seu conhecimento, constituindo grave infração funcional a omissão ou o retardo nesta providência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná,  
em 06 de janeiro de 2021.

  
**TEREZA CAMILO DOS SANTOS**  
Presidente-Gestão 2021



anexo da Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2018.

**Art. 2º** -Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

## REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 06 de janeiro de 2021.

**MARI TEREZINHA DA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Samuel Gonçalves Bueno  
**Código Identificador:**A5ADAF1B

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

### CAMARA MUNICIPAL PORTARIA Nº 05/2021

PORTARIA Nº 05/2021

Data: 06 de janeiro de 2021.

**Ementa:** Nomeia Comissão Permanente de Licitação para o exercício 2021 e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com a Lei Federal nº 8666/1993

## RESOLVE

**Art. 1º** Designar para compor a CPL- Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal os servidores abaixo:  
Presidente: Luana Caroline Ferreira dos Santos  
Membro: Andréia Rejane Zavadzki Brunhara  
Membro: Tiago Tsuguo Tsuneto  
Suplente: Adalton Raimundo da Cunha  
Parágrafo Único: O membro suplente será convocado quando da ausência ou impedimento dos membros efetivos.

**Art. 2º** A Comissão Permanente de Licitação é regida pela Lei 8666/93, art. 6º, XVI, art. 51 e art. 82.

**§ 1º** A função da Comissão Permanente de Licitação – CPL é receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e cadastramento dos licitantes.

**§ 2º** A responsabilidade entre os membros é solidária pelos atos praticados pela comissão.

**§ 3º** Compete à CPL:

Disciplinar tecnicamente as licitações em sua fase interna;  
Planejar, em conjunto com os demais órgãos e entidades da Câmara Municipal, a dinâmica anual de contratações demandadas;  
Aprovar, após verificação de preços de mercado, as dispensas de licitação quando enquadradas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993;  
Emitir Parecer sobre a utilização de procedimentos convencionais de licitação, pregão eletrônico ou pregão convencional, quando admitidos pelas normas gerais de licitações e contratos;  
Garantir a compatibilidade com o valor de mercado das contratações da Câmara Municipal, sejam elas precedidas ou não de licitação;  
Diligenciar para que seus atos, registros, cadastros e bancos de dados tenham a publicação necessária e a mais ampla divulgação.  
Comunicar ao Presidente do Poder Legislativo, ao órgão de Controle Interno e ao Advogado da Câmara todos os indícios de possíveis ilícitos criminais que chegarem ao seu conhecimento, constituindo grave infração funcional a omissão ou o retardo nesta providência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 06 de janeiro de 2021.

**TEREZA CAMILO DOS SANTOS**

Presidente-Gestão 2021

**Publicado por:**  
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara  
**Código Identificador:**2365D690

## CAMARA MUNICIPAL PORTARIA Nº 06/2021

PORTARIA Nº 06/2021

Data: 06 de janeiro de 2021.

**Ementa:** Designa Comissão de Recebimento de Bens para o exercício 2021 e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com a Lei nº 8666/1993,

## RESOLVE

**Art. 1º** Designar para a Comissão de Recebimento de Bens da Câmara Municipal os servidores abaixo relacionados:

Presidente: Sergio Eloir Bellio

Membro: Sueli Lopera

Membro: Rosa Marinalva Correa de Mello

Suplente: Andréia Rejane Zavadzki Brunhara

Parágrafo único. O membro suplente será convocado quando da ausência ou impedimento dos membros efetivos.

**Art. 2º** À Comissão de Recebimento de Bens compete receber os materiais ou bens adquiridos por meio de processo licitatório, no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra.

**§ 1º** Recebimento é o ato pelo qual o material ou bem adquirido é entregue ao Poder Legislativo Municipal em data previamente designada.

**§ 2º** O recebimento do material ou bem não implica, necessariamente, a aceitação, transfere apenas a responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor à comissão recebedora.

**§ 3º** Aceitação é o ato pelo qual a Comissão de Recebimento de Bens declara haver recebido e aceito o bem que foi adquirido, tornando-se, neste caso, responsável pela quantidade e perfeita identificação deste, de acordo com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho, Contrato de Aquisição ou outros instrumentos, na forma do disposto no art. 62 da Lei Federal nº. 8666/93.

**Art. 3º** São atribuições da Comissão de Recebimentos de Bens:

Receber Nota Fiscal, conferir seus dados, verificar se o CNPJ da Nota fiscal é o mesmo da Nota de Empenho e se os valores totais são idênticos

Conferir os itens verificando se as características físicas do material correspondem à descrição que consta no Termo de Referência e Nota de Empenho, rejeitando os itens que esteja em desacordo com tais especificações;

Averiguar se o número de volumes da Nota Fiscal é igual ao que está sendo entregue;

Expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material, conforme o caso;

Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos;

Rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;

Remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado, sempre que mantiver sua decisão.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 06 de janeiro de 2021.